

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JANAYNA BARBOSA DE MENESES

**APLICAÇÃO DO CPC 11: estudo sobre demonstrações contábeis de
seguradoras entre 2012 e 2013**

**JOÃO PESSOA
2014**

JANAYNA BARBOSA DE MENESES

APLICAÇÃO DO CPC 11: estudo sobre demonstrações contábeis de seguradoras entre 2012 e 2013

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante

JOÃO PESSOA
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M543a Meneses, Janayna Barbosa de.

Aplicação do CPC 11: estudo sobre demonstrações contábeis de seguradoras entre 2012 e 2013./ Janayna Barbosa de Meneses. – João Pessoa: UFPB, 2014.
48f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante.
Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

1. Evidenciação contábil. 2. Contratos de seguro. 3. CPC11. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU (2. ed.): 657(043.2)

JANAYNA BARBOSA DE MENESES

APLICAÇÃO DO CPC 11: estudo sobre demonstrações contábeis de seguradoras entre 2012 e 2013

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante (Orientador)
Instituição: UFPB

Membro: Prof. Dr. Edilson Paulo (Examinador)
Instituição: UFPB

Membro: Prof. Dr. Wenner Glaúcio Lopes Lucena (Examinador)
Instituição: UPFB

João Pessoa, 31 de julho de 2014

*Dedico este trabalho a Deus, pelo
conforto ao longo da caminhada.*

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a Deus, que a mim atribuiu força e disposição, para batalhar e vencer. Agradecer, então, é pouco. Por isso, lutar, conquistar, vencer e até mesmo cair e perder e, o principal, viver, são meus motivos de agradecer sempre.

Aos meus pais, à minha irmã e à toda minha família, que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

Ao professor orientador Paulo Roberto, pela paciência e pelo incentivo, que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

A todos os professores, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento deste trabalho.

A todos os colegas da graduação, nos momentos em que fomos estudiosos, brincalhões, sofredores e vencedores. Esta caminhada não seria a mesma sem vocês.

Aos meus amigos, pelo incentivo.

“A contabilidade é necessária para que o homem possa viver em sociedade.”

Rodrigo Simão da Costa

RESUMO

Esta monografia consiste em um estudo de caso que teve como objetivo verificar qual o nível de aderência encontrado nas demonstrações contábeis de companhias seguradoras brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, de 2012 a 2013, em relação às disposições encontradas no CPC nº 11. Para isso, tomou como amostra as demonstrações financeiras dos anos de 2012 e 2013 da Sul América e da Porto Seguro. A opção por essas companhias tem a ver com a representatividade delas no mercado de seguros. A pesquisa, do tipo descritiva, estabeleceu como medida de aderência o percentual de atendimento aos dispositivos do Pronunciamento do CPC. Com base na coleta dos dados, verificou-se que as duas seguradoras, ainda que não atendam de forma plena as exigências da normatização, alcançam percentuais considerados bons de aderência. Elas evidenciaram todas as informações exigidas com relação a reconhecimento e mensuração, bem como com relação à divulgação de riscos provenientes de contratos de seguro, mas evidenciaram parcialmente as informações relativas à divulgação de valores resultantes de contratos de seguro. Assim, pode-se concluir que as seguradoras pesquisadas devem melhorar o nível de evidenciação desses valores, atendendo à normatização.

Palavras-chave: Evidenciação Contábil. Contratos de Seguro. CPC 11. BOVESPA.

ABSTRACT

This monograph consists of a case study that aimed to determine what level of adherence found in the financial statements of Brazilian insurance companies listed on the BMF&BOVESPA, 2012-2013, in relation to the provisions found in CPC 11. It took as comp financial statements for the years 2012 and 2013 from Sul America, and Porto Seguro. The choice of these companies has to do with the representation of them in the insurance market. The research, descriptive, established as a measure of the percentage of adherence to care devices Pronouncement CPC. Based on the data collection, it was found that the two insurers, though not fully meet the requirements of regulation form, reach percentage considered good grip. It showed all the required information with respect to recognition and measurement as well as with regard to the disclosure of risks arising from insurance contracts, but partially revealed information concerning the disclosure of amounts arising from insurance contracts. So, we can conclude that the surveyed insurers should improve the level of disclosure of these values, given the normalization.

Keywords: Disclosure Accounting. Insurance Contracts. CPC 11. BM&FBOVESPA.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Desempenho do mercado segurador no Brasil em 2013.....	22
Quadro 2 – Passivos do balanço patrimonial da Porto Seguro (2012).....	34
Quadro 3 – Receitas e despesas com resseguro da Sul América (2013).....	35
Quadro 4 – Passivos de resseguro da Porto Seguro (2013).....	36
Quadro 5 – Despesas administrativas da Sul América (2013).....	38
Quadro 6 – Conciliações de passivos e de ativos da Sul América (2012).....	39
Quadro 7 – Exposição ao risco de crédito da Porto Seguro (2012).....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Reconhecimento e mensuração.....	33
Tabela 2 – Divulgação: valores resultantes de contratos de seguro.....	36
Tabela 3 – Divulgação: riscos provenientes de contratos de seguro.....	40
Tabela 4 – Nível geral de aderência das seguradoras.....	42

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas
APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo
BM&F – Bolsa de Mercados & Futuro
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
FIECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFRS – International Financial Reporting Standards
IPOs – Initial Public Offers
PS12 – Porto Seguro 2012 (demonstrações contábeis)
PS13 – Porto Seguro 2013 (demonstrações contábeis)
SA12 – Sul América 2012 (demonstrações contábeis)
SA13 – Sul América 2013 (demonstrações contábeis)
SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Delimitação do Tema e Formulação do Problema de Pesquisa	13
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 Justificativa	14
2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 Evidenciação Contábil: Conceito e Formas	16
2.2 A atividade de seguro no Brasil.....	20
2.3 CPC 11: Regulamentação Técnica	23
3 METODOLOGIA	29
3.1 Tipo de Pesquisa	29
3.2 Universo da Pesquisa	29
3.3 Coleta de Dados	30
3.4 Tratamento dos Dados	30
4 RESULTADOS	31
4.1 A aplicação do CPC 11 nas demonstrações contábeis da Sul América e da Porto Seguro em 2012 e 2013	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, por muitos anos, os contratos de seguro não tinham leis específicas que os regulamentassem do ponto de vista contábil. A atividade seguradora é regulamentada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que é um órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro, órgão ligado ao Ministério da Fazenda, responsável por cuidar da normatização e fiscalização da atividade seguradora. Levando-se em conta também as normas instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre Sociedades Anônimas, já que para atuar no Brasil as seguradoras devem ser constituídas sob forma Legal (ELI, 2010).

Em 1º de janeiro de 2010, então, começou a vigorar no país uma legislação sobre o tema: o 11º Pronunciamento do CPC, com base no IFRS 4 – *Insurance Contracts* (IASB), que constituem normas internacionais de contabilidade, abordando como matéria tais contratos, referendado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conforme Circular 424, de 29 de abril de 2011.

Segundo o referido Pronunciamento, seu objetivo é:

[...] especificar o reconhecimento contábil para contratos de seguro por parte de qualquer entidade que emite tais contratos (denominada no Pronunciamento como seguradora) [...], em consonância com as normas internacionais de contabilidade, as quais prevêm, para uma segunda fase, o aprofundamento das questões conceituais e práticas relevantes (COMITÊ..., 20014b).

O CPC 11 determina especificamente melhorias na contabilização de contratos de seguro por parte das seguradoras, bem como a divulgação identificadora e explicativa dos valores decorrentes de contratos de seguro nas demonstrações contábeis da seguradora, com o fim de ajudar seus usuários¹ a compreender o valor, a tempestividade e a incerteza de fluxos de caixa futuros advindos de contratos de seguro.

¹ Os usuários envolvidos no contexto de seguradoras podem ser desde os proprietários de ações ou cotas, passando por funcionários, credores, bolsa de valores, imprensa, órgãos fiscalizadores etc.

A norma em referência, nesse caso, é aplicada a contratos de seguro e de resseguro emitidos e mantidos por seguradoras e ainda a instrumentos financeiros que elas emitem com características de participação discricionária. O mesmo não é aplicado a outros aspectos da contabilidade de seguradoras, tais como a contabilização de ativos mantidos pelas seguradoras e de passivos emitidos por elas, salvo disposições transitórias do item 45 do Pronunciamento (COMITÊ..., 2014b).

O alcance dos objetivos propostos pelo CPC 11 depende, naturalmente, da obediência das companhias seguradoras, no que diz respeito a observação dos critérios estabelecidos naquele Pronunciamento. Assim, é necessário que seja verificado se aquelas companhias atendem os dispositivos do CPC 11 e se estão elaborando demonstrações contábeis da forma ali prevista.

1.1 Delimitação do Tema e Formulação do Problema de Pesquisa

Com base no exposto, este trabalho objetiva responder à seguinte questão de pesquisa: **Qual o nível de aderência às disposições do CPC 11 por parte de companhias seguradoras brasileiras?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Verificar qual a aderência encontrada nas demonstrações contábeis de companhias seguradoras brasileiras, de 2012 a 2013, em relação às disposições do CPC nº 11.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Informar a respeito dos objetivos das demonstrações contábeis;
- Discutir aspectos relevantes das demonstrações contábeis de companhias seguradoras;
- Evidenciar as exigências do CPC 11 em relação às demonstrações contábeis de companhias seguradoras.

1.3 Justificativa

No Brasil, a atividade seguradora é regulamentada pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, instituída em 1966, pelo Decreto Lei nº 73, que controla e fiscaliza os mercados de seguro, previdência privada, capitalizações e resseguro. No ano de 2010, como dito anteriormente, os contratos de seguro, no que se refere à contabilização, começaram a ser regulamentados no Brasil pelo CPC 11, com o objetivo de fazer melhorias e harmonizações na contabilização de valores provenientes da área (CPC, 2014a).

Considerando que uma legislação específica relativa à contabilização de contratos de seguros só existe no Brasil a partir de 2010, é necessário verificar se as demonstrações contábeis das seguradoras estão de acordo com o que é determinado por ela plenamente. Ou seja, deve-se investigar se as informações contábeis das seguradoras brasileiras estão de acordo mesmo com o CPC 11. Desta forma, o estudo terá a importância de identificar esta regulamentação nas empresas seguradoras.

Outro argumento que justifica esta pesquisa é a pequena quantidade de estudos a respeito de companhias seguradoras no Brasil, de modo que a literatura existente sobre o tema é pequena. O ramo de seguros é uma área de bastante importância na nossa sociedade. Hoje ele movimenta uma parcela significativa em nossa economia.

Para este trabalho, foi considerado o estudo em duas Seguradoras, que vem obtendo grande destaque e potencial no mercado brasileiro, que são as Seguradoras: Sul América S.A. e Porto Seguro S.A., que atualmente correspondem cerca de 40% de Seguradoras no Brasil listadas pelo site da BM&FBovespa (BM&FBOVESPA, 2014a).

Existem várias seguradoras no Brasil, vendendo uma série de seguros. No entanto, os estudos sobre eles são incipientes. Nesse sentido, foi criada em 2010 uma regulamentação específica que se ocupa disso. Já se passaram, então, mais de três anos da criação dela. No entanto, será que a mesma está sendo cumprida de fato pelas seguradoras? Por todos esses motivos, faz necessário desenvolver esta pesquisa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

A Contabilidade, assim como as outras Ciências Sociais, sofrem interferência da sociedade como um todo. As tradições culturais, os períodos históricos, o contexto político, entre outros fatores, afetam diretamente a prática contábil. Por isso, cada país geralmente possui determinadas formas de fazê-la. Assim sendo, fatos contábeis iguais podem receber tratamento diferenciado conforme sua prática contábil.

Ocorre que a divergência de formas no tratamento do fato contábil pode comprometer a comparabilidade das informações contábeis. Hoje, o mundo está globalizado: os países possuem relações cada vez mais estreitas, seja na cultura, na política ou na economia. Uma empresa de capital alemão, por exemplo, pode ter uma sede aqui no Brasil, de modo que vai necessitar obter informações contábeis e compreendê-las. Em face das relações comerciais internacionais, torna-se necessária a harmonização de normas contábeis (AVELINO et al, 2010).

A referida harmonização ocorre porque, diante da globalização dos mercados, os negócios não se restringem apenas aos limites de um país. Isto é, há um grande mercado de multinacionais. Além do mais, essas multinacionais lidam com investimentos por meio da disponibilidade de ações negociadas em bolsa de valores em vários lugares do mundo, como explica Santos et al (2010). Para tornar a comunicação contábil mais corrente e poder compará-la com outras, a Contabilidade vem sofrendo um processo de harmonização. Em outras palavras, os procedimentos contábeis praticados na França, por exemplo, tendem a ser equivalentes aos praticados no Brasil. Ou seja, existe hoje um processo de Convergência da contabilidade.

Um dos domínios da Contabilidade que está sendo alterado nos últimos anos é a área de contratos de seguro. Os contratos de seguro vem crescendo cada vez mais no mundo. Com isso, tornou-se necessário uniformizar as práticas contábeis a fim de que seus usuários possam compreender bem as informações decorrentes dos mesmos.

2.1 Evidenciação Contábil: Conceito e Formas

Quando o assunto é Contabilidade, há uma questão bastante importante: as informações. A Contabilidade lida com informações que afetam direta ou indiretamente o usuário. A informação contábil, para Yamamoto e Salotti (2006), consiste na informação que altera a situação do conhecimento do seu usuário no que diz respeito à empresa e que permite solucionar problemas de natureza econômica, financeira, física e produtiva. A partir dela, setores de uma empresa podem elaborar estratégias a fim de resolver determinados problemas.

Uma empresa pode ter problemas de armazenamento de matéria-prima. Então, com base nas informações contábeis, constata que pode solucioná-lo investindo capital na ampliação do armazenamento. Hoje em dia, portanto, para aqueles que têm ou pretendem ter algum relacionamento com empresas, é impossível ignorar as informações oriundas da prática contábil.

As informações contábeis têm como objetivo beneficiar seu usuário, visto que devem auxiliá-lo a tomar decisões. A partir da interpretação de determinadas informações, ele opta por tomar uma atitude ou outra. Ludícibus (2000) afirma que a análise qualitativa dos dados dos relatórios depende de parâmetros subjetivos. Por essa razão, antes de evidenciar uma informação qualitativa, o contador tem de ponderar se a mesma será útil ou não ao usuário. Ou seja, ele tem de analisar se contribuirá de alguma forma para o usuário, já que informações demais, dependendo da situação, podem acabar prejudicando-o.

As informações financeiras, inclusive, devem ser apresentadas de uma forma bastante clara. Elas devem ser explicadas numa linguagem que facilite a compreensão das informações por parte do usuário. Senão, a Contabilidade em si não exercerá seu papel, que, entre outros, é ajudar a tomar decisões. Sobre isso, Dias Filho (2000, p. 44-45) diz que:

Para demonstrar a importância que o problema da linguagem exerce no processo de comunicação das informações contábeis, pesquisadores, em diversos países, investigam até que ponto um maior ou menor grau de *compreensibilidade* pode interferir no desempenho da empresa. Smith e Taffler (1992:75-90), por exemplo, constatarem que existe relação entre níveis de compreensibilidade e

desempenho financeiro, notadamente no que se refere às variáveis lucro, liquidez e riscos. Jones (1988:297-305), por sua vez, observou uma significativa relação associada ao retorno sobre o capital empregado, ao volume de vendas e também alguns reflexos sobre a imagem da empresa. Uma forte relação entre a compreensibilidade das informações contábeis e o retorno sobre o Patrimônio Líquido também foi identificada por Baker e Kare (1992:1-4), mas no mesmo estudo ficou comprovado que essa relação não se verifica com a mesma intensidade no tocante ao comportamento das ações ordinárias e do lucro líquido obtido com vendas.

A linguagem utilizada na evidenciação contábil, então, influencia diretamente desempenho financeiro, capital, volume de vendas, entre outros aspectos de uma empresa. Então, elas devem ser claras. É óbvio que a compreensão das informações depende também do grau de conhecimento que o usuário possui de aspectos contábeis. Um contador com mais experiência geralmente compreenderá mais informações do que um contador em início de carreira. No entanto, há casos em que o problema decorre em si da própria terminologia:

[...] a maioria dos autores salienta que ela deve comunicar com fidelidade os fenômenos que busca representar. MARTINS (1998:24), por exemplo, refere-se ao problema terminológico usando os seguintes termos: “desde que duas pessoas resolvam comunicar-se, é absolutamente necessário que passem a dar aos objetos, conceitos e idéias o mesmo nome, sob pena de, no mínimo, reduzir-se o nível de entendimento”. O referido autor completa afirmando: “O que comumente se denomina de mero problema de terminologia, talvez fosse melhor tratado como magno problema de terminologia.” (DIAS FILHO, 2000, p. 41)

Problemas terminológicos à parte, as informações financeiras, de acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), devem atender a três grandes questões. A primeira delas é a pessoa para quem será divulgada a informação. A segunda, é a finalidade da informação. E a terceira, é a quantidade da informação. Ou seja, o destinatário, o objetivo e o volume de informações estão intimamente ligados: um influencia o outro. Com isso, o profissional da contabilidade deve ponderar sobre tais aspectos na prática da evidenciação para que não prejudique o usuário.

Mas o que é mesmo evidenciação contábil? Os conceitos de evidenciação, em contabilidade, são variados. No entanto, há um conceito, formulado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, bastante esclarecedor. Segundo a organização, evidenciação nas demonstrações contábeis são o meio pelo qual a administração de uma

entidade atende aos usuários externos com informações necessárias para a tomada de decisões (CRC, São Paulo, 1995).

De acordo com Ludícibus (2000), a evidenciação de informações pode ocorrer segundo as formas a seguir: a) forma e apresentação das demonstrações contábeis; b) informação entre parênteses; c) notas explicativas; d) quadros e demonstrativos suplementares; e) comentários do auditor; e f) relatório da administração.

No primeiro caso, as informações são as mais detalhadas possíveis, pois pretendem fazer com que o usuário as interprete da melhor forma. No segundo caso, as informações evidenciadas são as que não podem aparecer no corpo da evidenciação, uma vez que são de natureza mais genérica. É importante observar que a evidenciação contábil por quadros e demonstrativos suplementares aprofundam as informações básicas e presta informações sobre fatos sem escrituração contábil.

No terceiro caso, as informações são feitas por meio de quadros e pretendem demonstrar com mais detalhe os itens da demonstração contábil que possivelmente seriam incompreendidos caso estivessem na demonstração propriamente dita. No quarto caso, os comentários do auditor funcionam como uma fonte extra de evidenciação de modo a validá-la como um todo para o mercado, pois o auditor não possui vínculo com empresas e, então, possuem parecer isento de influências internas. No último caso, as informações constituem informações de natureza não-financeira que afetam ou não o patrimônio e o capital da empresa.

As informações devem ser repassadas para a empresa a partir do critério de utilidade para a tomada de decisão. Se ela for útil, a empresa deve ter ciência. Caso contrário, não. Hendriksen e Van Breda (1999, p. 95) afirmam que as características qualitativas das informações são as propriedades da informação, tornando-as útil. As características qualitativas da informação contábil ajudam a ponderar a relação custo-benefício da informação contábil aos usuários na tomada de decisões.

Para o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que publicou o Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (2008), o que define as características qualitativas são: a) compreensibilidade, b) relevância, c)

confiabilidade, e d) comparabilidade.

A compreensibilidade consiste no fato de que a informação deve ser compreensiva, englobando todos os aspectos contábeis. A relevância trata-se da necessidade da informação ser útil, ajudando nas decisões dos usuários. A confiabilidade reside na ausência de erros materiais e de vieses, de tal maneira que represente com fidelidade aquilo a que está representando. E a comparabilidade é a condição de comparar as demonstrações contábeis com o objetivo de verificar tendências na situação patrimonial e financeira.

Em outras palavras, a informação contábil possui um sentido vasto, pois não apresenta um limite de conteúdo, enquanto a evidenciação se preocupa com a formatação e delimitação da apresentação da informação contábil.

A evidenciação pode ser obrigatória e não-obrigatória. A evidenciação obrigatória, como o próprio nome diz, consiste na demonstração de informações determinadas por lei. A evidenciação não-obrigatória, também chamada de voluntária, reside na demonstração de caráter facultativo. As formas de evidenciação são regulamentadas pela Lei 6.404/76, atualizada pela Lei 11.638/07.

As sociedades de capital aberto publicam as demonstrações financeiras em páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários, da Bolsa de Valores de São Paulo, e em jornais. Ao fazê-lo, são obrigadas a obedecer rigorosamente aos princípios e leis vigentes. As sociedades de capital fechado, assim como as de capital aberto, possuem seu capital dividido em ações, e não há a obrigatoriedade da publicação em páginas eletrônicas. A Lei obriga, no entanto, a publicação no Diário Oficial. Em todo caso, elas seguem os princípios e a legislação em vigor (ORO et al, 2010).

A prática contábil, ao determinar a evidenciação, tem como meta alcançar alguns objetivos. Entre eles, por exemplo, está o atendimento às necessidades do usuário. Todo usuário precisa ter informações financeiras sobre uma empresa, cada qual com uma necessidade específica. Os investidores, por exemplo, precisam saber determinados dados para avaliar sobre a viabilidade de investimento nela ou não.

Por isso, faz-se necessário ter conhecimento dos números de uma empresa. Já para um usuário externo à empresa, esses números podem não ser importantes. Portanto, a evidenciação pretende dar conta das necessidades

de seus usuários, as quais variam de caso a caso.

Segundo Soares (2010), há uma questão muito importante na evidenciação a ser considerada: o equilíbrio entre o custo e o benefício. Os benefícios oriundos das informações, nesse caso, devem superar os custos gerados na sua produção. Ou seja, o profissional da contabilidade deve ponderar sobre a relação custo-benefício na prática da evidenciação.

A evidenciação não-obrigatória, assim como a obrigatória, implica custos para a empresa. Entre eles, estão custos de preparação e certificação (auditoria) das demonstrações contábeis, custos de oportunidade, custo de propriedade e custos de publicação, no caso do Brasil, dos balanços no Diário Oficial do Estado e nos jornais de grande circulação. Por isso, o profissional da contabilidade deve ponderar bem nesse caso.

O autor (Soares, 2010, p. 4) afirma que, no Brasil, “[...] o interesse pela evidenciação contábil adequada torna-se cada dia mais presente, pois há o interesse das empresas em captar recursos no mercado financeiro, mediante o lançamento de IPOs (*Initial Public Offers* ou Ofertas Públicas Iniciais).”

Desse modo, as seguradoras, assim como toda empresa, precisam evidenciar suas informações contábeis, a fim de atender às necessidades de seus clientes, mesmo que gerem custos.

2.2 A atividade de seguro no Brasil

No Brasil, a atividade de seguro surgiu a partir da abertura dos portos ao comércio internacional, no ano de 1808, tendo como primeira companhia de seguros a “Companhia de Seguros Boa-Fé”, que atuava no ramo de seguros marítimos. A referida atividade era regulamentada pelas leis portuguesas. Quarenta e oito anos depois, ou seja, em 1850, com a criação do Código Comercial Brasileiro, sob a Lei nº 556, de 25 de junho, é que o seguro marítimo começou a ser regulado por uma legislação realmente nacional (SUSEP, 2014).

A respeito da relação entre o Código Comercial Brasileiro e a atividade seguradora no país, a SUSEP (2014) diz:

O advento do "Código Comercial Brasileiro" foi de fundamental importância para o desenvolvimento do seguro no Brasil, incentivando o aparecimento de inúmeras seguradoras, que passaram a operar não só com o seguro marítimo, expressamente previsto na legislação, mas, também, com o seguro terrestre. Até mesmo a exploração do seguro de vida, proibido expressamente pelo Código Comercial, foi autorizada em 1855, sob o fundamento de que o Código Comercial só proibia o seguro de vida quando feito juntamente com o seguro marítimo.

O setor de seguros, então, expandiu-se no Brasil, de modo que seguradoras estrangeiras começaram a se voltar para o mercado nacional:

Com a expansão do setor, as empresas de seguros estrangeiras começaram a se interessar pelo mercado brasileiro, surgindo, por volta de 1862, as primeiras sucursais de seguradoras sediadas no exterior.

Estas sucursais transferiam para suas matrizes os recursos financeiros obtidos pelos prêmios cobrados, provocando uma significativa evasão de divisas. Assim, visando proteger os interesses econômicos do País, foi promulgada, em 5 de setembro de 1895, a Lei nº 294, dispondo exclusivamente sobre as companhias estrangeiras de seguros de vida, determinando que suas reservas técnicas fossem constituídas e tivessem seus recursos aplicados no Brasil, para fazer frente aos riscos aqui assumidos. (SUSEP, 2014)

Entre as empresas estrangeiras atuantes na área de seguro, algumas delas discordaram das disposições apresentadas pelo referido diploma legal. Como resultado, fecharam suas sucursais. No entanto, o mercado nacional de seguros já havia alcançado um desenvolvimento significativo ao término do século XIX. Algumas razões que contribuíram para isso foram: a) o Código Comercial, com o estabelecimento das regras necessárias sobre seguros marítimos, que também eram válidas para os seguros terrestres, e b) a instalação de seguradoras estrangeiras no Brasil, com experiência vasta em seguros terrestres (SUSEP, 2014).

Segundo Le Cocq D'Oliveira (2005), a atividade seguradora apresentou um crescimento acentuado no Brasil nas últimas décadas, pois o país assistiu a uma mudança de nível no valor das transações referentes à aquisição de apólices de seguros. Em 1994, por exemplo, a atividade de seguros no país correspondia a 1,5% do Produto Interno Bruto, enquanto que no ano de 2004 chegou a 3,9%.

O quadro abaixo refere-se ao desempenho dos mercados supervisionados, no primeiro semestre de 2013, em comparação com igual período do ano anterior e com a média histórica de evolução anual. Cabe destacar o forte crescimento do mercado de capitalização (28,4%), bem acima da taxa histórica para este mercado (12%). O crescimento do percentual de participação do PIB foi maior do que o esperado, indicando que os mercados supervisionados mantêm sua trajetória ascendente, apesar do fraco desempenho da economia brasileira no primeiro semestre (SUSEP, 2013).

Quadro 1 - Desempenho do mercado segurador no Brasil em 2013

MERCADO	RECEITAS (R\$ mil)	CRESCIMENTO*		PARTIC. PIB
		1ºSEM. 2013	MÉDIA ANUAL	
SEGUROS	73,562,364	19.5%	16.5%	3.18%
PREVIDÊNCIA	5,124,734	2.0%	3.5%	0.22%
CAPITALIZAÇÃO	10,069,664	28.4%	12.0%	0.43%
RESSEGURO	3,089,670	10.2%	11.4%	0.13%

*Crescimento no 1º semestre de 2013 em relação a igual período de 2012 e crescimento médio anual do período 2011/2012.

Fonte: SUSEP(2013).

De acordo com Félix (2011), o mercado de seguros no país vive uma espécie de *boom*, expandindo-se em diversos tipos de segmentos e de produtos. Ele diz que vários fatores contribuem para isso. Um dos fatores é a estabilidade econômica do país, que tornou possível uma maior capacidade de planejamento para pessoas e empresas, de modo a aumentar o interesse por seguros.

Outro fator que contribui para a expansão do mercado de seguros, fator esse provavelmente mais expressivo do que o anterior, consiste na exuberância do mercado interno, a partir do aumento do poder de compra da população em geral. Como afirma o autor (FÉLIX, 2011, p. 6), “[...] A chamada ‘nova classe média’, que já vinha desencadeando mudanças em diversos

setores econômicos, busca agora meios de preservar seus bens adquiridos e garantir segurança e um futuro mais estável [...]”.

Em razão desse crescimento do mercado de seguros no Brasil, é necessário que os órgãos competentes o fiscalizem, para que os consumidores tenham seus direitos respeitados. Caso contrário, eles poderão praticar irregularidades e excessos contra os mesmos. Por isso, é importante se voltar para esta área. Nesse caso, quem tem interesse nas informações contábeis das seguradoras são os seus consumidores, os seus investidores e o próprio órgão regulador e fiscalizador do setor (SUSEP).

2.3 CPC 11: Regulamentação Técnica

O Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC) trata-se de um órgão nacional voltada à atividade contábil. Foi criado pelas seguintes entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), por meio da Resolução CFC nº1.055/05. Ele tem como objetivo promover o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos a respeito de procedimentos técnicos e sua divulgação, em conformidade com padrões internacionais.

Sua criação decorre dos seguintes fatores: a) convergência internacional das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital); b) centralização na emissão de normas dessa natureza (no Brasil, diversas entidades o fazem); c) representação e processos democráticos na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo) (COMITÊ..., 2014a).

Segundo Plöger (2014), coordenador de Relações Institucionais do CPC:

A instalação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis é fruto de análises cuidadosas e profundas, desenvolvidas por algumas das

melhores inteligências das áreas acadêmica, governamental e da iniciativa privada, o CPC representa a perspectiva de importantes avanços no caminho da atualização e da modernização de normas e preceitos contábeis./ Na perspectiva da história, ele é o resultado da abertura da economia brasileira para o exterior, que colocou nossas empresas em contato direto com economias mais avançadas, inclusive com títulos negociados nas bolsas de maior movimento do mundo, e ao alcance dos investidores sediados em outros países.

O CPC caracteriza-se por ser autônomo das entidades representadas, as quais deliberam por 2/3 de seus membros. Ele proporciona, nesse caso, toda a estrutura necessária a seu funcionamento. O CPC é composto pelas seis entidades acima citadas. No entanto, outras poderão ser convidadas a fazer parte do órgão. Seus membros são geralmente contadores, os quais não possuem remuneração e são oriundos de cada uma das referidas entidades. Cada entidade, nesse caso, possui dois membros integrando o órgão.

Outros representantes de órgãos como Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários, Secretaria da Receita Federal e Superintendência de Seguros Privados, também podem ser integrantes do CPC. É permitida a criação de Comissões e Grupos de Trabalho para temas específicos. O que o CPC formula são: pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações. Tais formulações, nesse caso, são obrigatoriamente submetidos à audiência pública (COMITÊ..., 2014a).

O CPC possui a seguinte estrutura: é formado pela Assembleia dos Presidentes das Entidades e por quatro coordenadorias, a saber: a Coordenadoria de Operações, a Coordenadoria de Relações Institucionais, a Coordenadoria de Relações Internacionais e a Coordenadoria Técnica. A referida assembleia elege os membros representantes das seis entidades do CPC, com mandatos de 4 anos cada um, salvo metade dos primeiros membros, que possuem mandatos de dois anos. Ela pode, por meio de $\frac{3}{4}$ de seus membros, indicar outros membros do órgão, bem como alterar seu Regimento Interno (COMITÊ..., 2014a).

Em 1º de janeiro de 2010, começou a vigorar no país uma legislação específica: o 11º Pronunciamento do CPC, que tem como escopo tais contratos.

Segundo o Pronunciamento, seu objetivo é:

[...] especificar o reconhecimento contábil para contratos de seguro por parte de qualquer entidade que emite tais contratos (denominada no Pronunciamento como seguradora) [...], em consonância com as normas internacionais de contabilidade, as quais prevêm, para uma segunda fase, o aprofundamento das questões conceituais e práticas relevantes (COMITÊ..., 20014b).

O CPC 11 determina especificamente melhorias na contabilização de contratos de seguro por parte das seguradoras, bem como a divulgação identificadora e explicativa dos valores decorrentes de contratos de seguro nas demonstrações contábeis da seguradora, com o fim de ajudar seus usuários, como empresas, investidores e pessoas físicas, por exemplo, a compreenderem o valor, a tempestividade e a incerteza de fluxos de caixa futuros advindos de contratos de seguro.

Ele, nesse caso, é aplicado a contratos de seguro e de resseguro emitidos e mantidos por seguradoras e ainda a instrumentos financeiros que elas emitem com características de participação discricionária. O mesmo não é aplicado a outros aspectos da contabilidade de seguradoras, tais como a contabilização de ativos mantidos pelas seguradoras e de passivos emitidos por elas, salvo disposições transitórias do item 45 do Pronunciamento (COMITÊ..., 2014b).

O pronunciamento em questão (COMITÊ..., 2014c) entende por contrato de seguro “[...] um contrato segundo o qual uma parte (a seguradora) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o segurado), aceitando indenizar o segurado no caso de um evento específico, futuro e incerto, [...] [ao] afetar adversamente o segurado.”

O CPC 11 (COMITÊ..., 2014c) determina que a seguradora:

.

(a) não pode identificar como passivo qualquer provisão para possíveis sinistros futuros, caso tais sinistros forem originados de contratos de seguro inexistentes ou inválidos na data da demonstração contábil, a exemplo das provisões para catástrofe ou da provisão para equalização de risco;

(b) tem de promover teste de adequação de passivo como determinado nos itens 15 a 19 do Pronunciamento;

(c) apenas deve remover um passivo por contrato de seguro de seu balanço patrimonial, total ou parcialmente, quando ele estiver extinto, ou seja, quando a obrigação descrita no contrato estiver liquidada, cancelada ou expirada;

(d) é impossibilitada de compensar: (i) ativos por contrato de resseguro contra passivos por contrato de seguro relacionados; ou (ii) receitas ou despesas de contratos de resseguro com as receitas e despesas de contratos de seguro relacionados;

(e) tem de levar em questão se seu ativo por contrato de resseguro está com valor de realização reduzido.

O Pronunciamento permite que a seguradora modifique sua política contábil para contratos de seguro somente numa condição: se as alterações tornarem as demonstrações contábeis mais fundamentais para necessidades dos usuários tomadores de decisões econômicas. Ele exige divulgações para ajudar os usuários a compreender (a) os valores em suas demonstrações contábeis resultantes de contratos de seguro e (b) a natureza e a extensão dos riscos originados por contratos de seguro.

No primeiro caso, devem ser divulgados:

(i) as políticas contábeis da seguradora para contratos de seguro e ativos, passivos, receitas e despesas relacionados;

(ii) os ativos, os passivos, as receitas e as despesas reconhecidos (e fluxo de caixa, se a seguradora apresentar a demonstração de fluxos de caixa pelo

método direto) resultantes dos contratos de seguro. Além do mais, caso a seguradora seja cedente, ela deve publicar os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado na contratação de resseguro; e caso a cedente difira e amortize ganhos e perdas decorrentes da contratação de resseguro, a amortização do período e o montante ainda não amortizado no início e final do período;

(iii) o processo usado na identificação das premissas de maior efeito na mensuração de valores reconhecidos. Quando possível, a seguradora deve igualmente divulgar aspectos quantitativos das referidas premissas;

(iv) o efeito de mudanças nas premissas usadas para mensurar ativos e passivos por contrato de seguro, mostrando de maneira separada o efeito de cada alteração que tenha efeito material nas demonstrações contábeis;

(v) a conciliação de mudanças em passivos por contrato de seguro, os ativos por contrato de resseguro e as despesas de comercialização diferidas relacionadas, caso existam.

Já no segundo caso, devem ser divulgados:

(i) seus objetivos, suas políticas e seus processos existentes para a gestão de riscos originários dos contratos de seguro e os métodos e os critérios utilizados para gerenciar tais riscos;

(ii) informação sobre riscos de seguro, antes e após a mitigação do risco por resseguro, incluindo informações sobre:

(I) a sensibilidade do resultado e do patrimônio líquido a mudanças em variáveis com efeito significativo sobre eles; (II) concentração de riscos de seguro; (III) sinistros ocorridos comparados com estimativas prévias;

(iii) informações a respeito de risco de crédito, de risco de liquidez e de risco de mercado que permitam aos usuários das demonstrações contábeis ponderar sobre a natureza e a extensão dos riscos dos instrumentos financeiros, bem como dos contratos de seguro, a que a entidade está exposta ao final do período relativo às demonstrações contábeis;

(iv) informações relativas à exposição ao risco de mercado dos derivativos embutidos em contrato de seguro principal caso a seguradora não seja exigida a mensurar ou não mensurar os derivativos embutidos a valor justo.

Desse modo, são estas as informações que devem constar nas demonstrações contábeis das seguradoras tomadas por objeto de estudo.

3 METODOLOGIA

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), as ciências caracterizam-se pelo emprego de método. As autoras afirmam que método “[...] é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que [...] permite alcançar o objetivo, [...] traçando o caminho a ser seguido [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 83). Ou seja, o método é simplesmente uma forma de proceder cientificamente.

3.1 Tipo de Pesquisa

Esta pesquisa, quanto aos fins, é de natureza descritiva. A pesquisa descritiva consiste em uma pesquisa que, como o próprio nome diz, descreve um objeto de estudo. Gil (2008) afirma que as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência. Após ser feita, o pesquisador terá reunido e analisado muitas informações sobre o assunto pesquisado.

Esta pesquisa, quanto aos meios, caracteriza-se por ser bibliográfica e por ser um estudo de caso. Gil (2008) diz que a pesquisa bibliográfica trata-se de um método que se vale de material já existente. As fontes desse tipo de pesquisa consistem em livros, artigos, teses, dissertações e monografias. Já o estudo de caso trata-se de um estudo profundo e exaustivo de um dado objeto, proporcionando um conhecimento mais amplo e mais detalhado. Yin (apud GIL, 2008) explica que o estudo de caso se volta sobre um fenômeno atual dentro de seu contexto de realidade.

3.2 Universo da Pesquisa

Marconi e Lakatos (2003) dizem que o universo da pesquisa como tudo o que forma o objeto de estudo. Em outras palavras, é o próprio objeto de estudo, o que está sendo estudado. Nesta pesquisa, foram tomadas por objeto de estudo as demonstrações contábeis das seguradoras Sul América S.A. e Porto Seguro S.A., entre 2012 e 2013.

3.3 Coleta de Dados

Para Marconi e Lakatos (2003), a coleta de dados trata-se da etapa de pesquisa em que dá início a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas. Para a coleta dos dados, foi acessado o site da BM&FBOVESPA e foram coletadas as informações financeiras publicadas lá pelas duas seguradoras em análise. Feito isso, foram verificadas se existiam as informações exigidas pelo CPC 11, como passivos, ativos e receitas, por exemplo.

3.4 Tratamento dos Dados

Coletados os dados, foi verificado se os mesmos estavam de acordo com o CPC 11. Ou seja, a partir dos demonstrativos financeiros das seguradoras publicados, foi investigado se os mesmos estavam cumprindo com as normas vigentes de seguro. Foi verificado, por exemplo, se as empresas identificaram e explicaram os valores em suas demonstrações contábeis decorrentes de contratos de seguro, se elas publicaram informações que auxiliem os usuários a entenderem a natureza e a extensão dos riscos originados por contratos de seguro, entre outros aspectos.

Para isso, foram feitas tabelas contendo as informações exigidas pelo CPC 11, a fim de verificar se as seguradoras em análise as publicam ou não. Para cada informação, foi atribuído a nota 1 (um), quando atende aos dispositivos do CPC e nota 0 (zero), quando não atendem. Os dados, então, foram tabulados, revelando os resultados em percentagem. A partir dos resultados, foi verificado até que ponto as seguradoras estão cumprindo com as exigências do CPC11, levando a chegar às conclusões de que o nível de evidenciação é ruim, bom ou excelente.

Ressalta-se que o nível de aderência aos dispositivos do CPC foi estabelecido em termos percentuais, sem que se tenha procurado atribuir peso distinto aos elementos patrimoniais ou de resultados evidenciados. Tal procedimento está amparado na ideia que os destinatários da evidenciação são muitos e, portanto, não cabe especificar pontos que sejam mais ou menos relevantes.

4 RESULTADOS

Neste capítulo, foram apresentados os resultados da pesquisa, ou seja, foram feitas a análise e a interpretação dos dados. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), esta é a parte central de uma pesquisa. As autoras dizem que a análise e interpretação constituem duas atividades distintas, mas intimamente relacionadas. A análise trata-se da tentativa de tornar evidente as relações que há entre o fenômeno estudado e outros fatores. Já a interpretação é a atividade intelectual que procura oferecer um sentido mais amplo às respostas encontradas ao longo da análise. Em ambos os casos, o pesquisador deve apresentar os dados de forma clara e acessível, afirmam as autoras. É isso então o que será feito adiante.

4.1 A aplicação do CPC 11 nas demonstrações contábeis da Sul América e da Porto Seguro em 2012 e 2013

Um grupo de agentes de negócios, no ano de 1917, fundou a chamada Bolsa de Mercadorias de São Paulo, com o objetivo de defender o mercado das oscilações dos preços dos itens agrícolas. Em 1934, a referida bolsa fixou sede no Palácio do Café, no Pátio do Colégio, sendo chamada no ano posterior como Bolsa Oficial de Valores de São Paulo (BOVESPA). A BOVESPA, no ano de 1991, fundiu-se com a Bolsa de Mercadorias de São Paulo, sendo designadas então como Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&FBOVESPA, 2014b).

A BM&FBOVESPA reúne diversas seguradoras, entre elas estão a Sul América e a Porto Seguro. A Sul América é o maior grupo de segurador independente do Brasil. Ela atua em vários ramos de seguro, como saúde, automóveis, riscos elementares, pessoas, previdência privada e gestão de ativos. Possui mais de 7 milhões de clientes em sua carteira de produtos e serviços. A seguradora foi fundada em 1895, no Rio de Janeiro, por Dom Joaquim Sanchez de Larragoiti. Em 1969, passou a ter suas ações negociadas na bolsa de valores, abrindo o capital.

Em 2002, ela firmou parceria com o ING, seguradora holandesa de atuação mundial no setor de serviços financeiros. Com isso, em 2013, a

referida seguradora passou a ter em média 36% do capital social total da Sul América. A companhia realiza seus negócios mediante uma variada rede de distribuição com mais de 30 mil corretores independentes. Além disso, conta com mais de 20 instituições financeiras de varejo que ajudam a totalizar 16 mil pontos de venda (SUL AMÉRICA, 2014).

A Porto Seguro surgiu em 1945, em São Paulo, tendo por fundadores José Alfredo de Almeida, José da Cunha Júnior, José Andrade de Sousa e Amador Aguiar. Na época, foi criada para atuar em operações de seguro e resseguro nos ramos de Fogo, de Transportes, de Acidentes Pessoais, de Responsabilidade Civil, de Automóveis, de Roubos, entre outros (PORTO SEGURO, 2014).

Hoje, ela atua em todos os ramos de Seguros, Patrimoniais e de Pessoas, os quais são complementados por outros negócios sinérgicos com a atividade principal. Tais ramos são: Automóvel, Saúde Empresarial, Patrimonial, Vida e Transportes, Previdência, Consórcio de Imóveis e Automóveis, Administração de Investimentos, Financiamento, Capitalização e Cartão de Crédito, Proteção e Monitoramento, Serviços a Condomínios e Residências e Telecomunicações.

Em 2004, ela abriu o capital e negociações de ações no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, sendo a primeira seguradora a fazer parte do novo mercado da BM&FBOVESPA. A Porto Seguro conta atualmente com 135 sucursais e com escritórios regionais no atendimento de mais de 24 mil Corretores de Seguros e de mais de 6 milhões de clientes no país (PORTO SEGURO, 2014).

A Sul América e a Porto Seguro estão inseridas atualmente em um contexto muito diferente do contexto quando surgiram. Hoje, o Brasil acumula números significativos em relação ao mercado de seguros. No ano de 2012, por exemplo, a receita anual de prêmios segurados ultrapassou a casa dos US\$390 por habitante, enquanto que em 1990 girava em torno de apenas US\$32. Para ter uma ideia, no ano de 2012 o mercado de seguros arrecadou no país R\$252,4 bilhões, representando 5,69% do PIB (TUDO SOBRE SEGURO, 2014). Diante desse crescimento, torna-se importante investigar se as referidas seguradoras estão cumprindo nos últimos anos com o que é determinado em lei no que diz respeito às demonstrações financeiras. É isso

então o que será feito com as demonstrações contábeis dos anos de 2012 e de 2013 das duas seguradoras citadas.

A investigação será feita em três eixos, considerados como sendo os mais importantes, a saber: 1. Reconhecimento e mensuração; 2. Divulgação dos valores resultantes de contratos de seguro; e 3. Divulgação de riscos provenientes de contratos de seguro, cada um deles sob a forma de tabela.

No caso do primeiro eixo, foi constatado que as demonstrações financeiras de 2012 e 2013 da Sul América e da Porto Seguro apresentam as seguintes características em consonância com o CPC11:

Tabela 1 – Reconhecimento e mensuração

Informação	SA12	SA13	PS12	PS13
Não reconhecimento como passivo de provisão de sinistros futuros inexistentes ou não vigentes na data da demonstração contábil	1	1	1	1
Realização de teste de adequação de passivo conforme os itens 15 a 19 do Pronunciamento	1	1	1	1
Remoção de um passivo por contrato de seguro do balanço patrimonial somente quando extinto	1	1	1	1
Não compensação de ativos por contrato de resseguro contra passivos por contrato de seguro relacionado ou não compensação de receitas ou despesas de contratos de resseguro com as receitas e as despesas de contratos de seguro relacionados	1	1	1	1
Consideração do ativo por contrato de resseguro com valor de realização reduzido	1	1	1	1
Nível de aderência	100%	100%	100%	100%

Fonte: Do autor.

As demonstrações contábeis da Sul América e da Porto Seguro, em 2012 e 2013, não fizeram o reconhecimento de nenhuma provisão possível de futuros como passivo no caso de sinistros oriundos de contratos de seguros inexistentes ou não vigentes na data da demonstração contábil, a exemplo das provisões para catástrofe ou provisão para equalização de risco. No relatório contábil de 2013 da Porto Seguro, por exemplo, é dito:

A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à seguradora, e é calculada

conforme critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 448/12. (PORTO SEGURO, 2013)

As demonstrações financeiras da Sul América e da Porto Seguro dos anos de 2012 e 2013 indicam que as mesmas fizeram o teste de adequação de passivo tal como descrito nos itens 15 a 19 do CPC11. O relatório da Sul América do ano de 2013, por exemplo, afirma:

O CPC 11 requer que as seguradoras e operadoras que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais atuais para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. (SUL AMÉRICA, 2013)

Os demonstrativos contábeis da Sul América e da Porto Seguro, nos anos de 2012 e 2013, estão de acordo com o CPC11 ao remover um passivo por contrato de seguro do balanço patrimonial somente quando o mesmo estiver extinto. As demonstrações contábeis da Porto Seguro de 2012, por exemplo, seguiram a norma:

Quadro 2 – Passivos do balanço patrimonial da Porto Seguro (2011-2012)

	Nota explicativa	2012	2011
Passivo			
Circulante		6.349.394	5.499.344
Passivos de contratos de seguros	13	5.574.489	4.848.280
Débitos de operações de seguro e resseguro	14	337.361	275.647
Passivos financeiros		4.153	-
Impostos e contribuições a recolher	7.3	144.620	111.866
Outros passivos	16	288.771	263.551
Não circulante		1.731.667	1.514.578
Passivos de contratos de seguros	13	17.860	18.036
Impostos de renda e contribuição social diferidos	7.1.2	78.086	79.024
Provisões judiciais	15	1.601.160	1.382.187
Outros passivos	16	34.561	35.331
Patrimônio líquido		1.827.158	1.572.991
Capital social	17a	800.000	730.000
Reservas	17b	963.981	842.947
Dividendos adicionais propostos		63.116	-
Participação dos acionistas não controladores		61	44

Fonte: Porto Seguro (2012)

As demonstrações contábeis de 2012 e 2013 da Sul América e da Porto Seguro seguem a normatização no que diz respeito a não compensação de ativos por contrato de resseguro contra passivos por contrato de seguro relacionado ou não compensação de receitas ou despesas de contratos de resseguro com as receitas e as despesas de contratos de seguro relacionados. Nas demonstrações de 2013 da Sul América, por exemplo, as informações são apresentadas como o exigido:

Quadro 3 – Receitas e despesas com resseguro da Sul América 2013

25.5. Resultado com resseguro – Seguros

Descrição	2013	2012
Receita com resseguro		
Indenizações e sinistros de resseguros	140.434	280.758
Reversão de provisão para processos judiciais (a)	-	(269.877)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	2.890	5.122
Receitas com participação em lucros	4.144	-
Total	147.468	16.003
Despesa com resseguro		
Prêmios de resseguros	(153.305)	(159.678)
Variação das provisões técnicas de resseguros	11.976	(38.231)
Salvados e ressarcimentos	(3.199)	(5.906)
Total	(144.528)	(203.815)
Resultado com operações de resseguro	2.940	(187.812)

(a) Parte de resseguro relativa a processos judiciais que foram revertidos no ano.

Fonte: Sul América (2013)

As demonstrações contábeis de 2012 e 2013 da Sul América e da Porto Seguro cumprem com a norma ao realizar a consideração do ativo por contrato de resseguro com valor de realização reduzido. Nas demonstrações financeiras da Porto Seguro de 2013, por exemplo, é identificado o valor de realização reduzido do ativo por contrato de resseguro:

Quadro 4 – Passivos de resseguro da Porto Seguro (2013)

11. Ativos e passivos de resseguro

11.1. Operações com resseguradoras

Descrição	Ativo		Passivo	
	2013	2012	2013	2012
IRB - Conta movimento (a)	396	-	-	10.732
Adiantamento de sinistro	-	-	1.520	18.917
Recuperação de indenização e prêmios líquidos de comissão	28.241	16.279	83.429	23.647
Juros sobre prêmios	-	-	35	4.046
Salvados e ressarcimentos	-	-	6.075	5.244
Impairment	(6.959)	(2.521)	-	-
Outros	792	-	1.694	-
Total	22.470	13.758	92.753	62.586
Circulante	21.949	13.758	92.753	60.574
Não circulante	521	-	-	2.012

(a) Contempla operações com o IRB relativas a prêmios, sinistros, salvados e ressarcimentos;

Fonte: Porto Seguro (2013)

No que diz respeito ao segundo eixo (divulgação de valores resultantes de contratos de seguro), foi verificado que as demonstrações financeiras de 2012 e 2013 da Sul América e da Porto Seguro apresentam as seguintes características conforme o CPC11:

Tabela 2 – Divulgação: valores resultantes de contratos de seguro

Informação		SA12	SA13	PS12	PS13
Políticas contábeis de contratos de seguro	Contratos de seguros	1	1	1	1
	Ativos	1	1	1	1
	Passivos	1	1	1	1
	Receitas	1	1	1	1
	Despesas	1	1	1	1
Reconhecidos resultantes de contratos de seguros	Ativos	1	1	1	1
	Passivos	1	1	1	1
	Receitas	1	1	1	1
	Despesas	1	1	1	1
	Fluxo de caixa	1	1	1	1
Premissas de maior efeito na mensuração de valores reconhecidos	Processo de determinação das premissas	1	1	1	1
	Quantitativo das premissas	1	1	1	1
	Mensuração de ativos	0	0	0	0
Efeitos da mudança	Mensuração de passivos	0	0	0	0

nas premissas de mensuração	Separação dos efeitos das alterações	0	0	0	0
Conciliação de mudanças	Passivos por contrato de seguro	1	1	1	1
	Ativos por contrato de resseguro	1	1	1	1
	Despesas de comercialização diferidas	0	0	1	1
Nível de Aderência		77,8%	77,8%	83,3%	83,3%

Fonte: Do autor.

No que diz respeito à publicação das políticas contábeis de contratos de seguro, as demonstrações financeiras de 2012 e 2013 das seguradoras analisadas publicaram todos os itens exigidos. Nesse sentido, a demonstração de 2013 da Porto Seguro explica a base de preparação das principais políticas contábeis:

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos, (ii) da provisão para redução ao valor recuperável de créditos ("impairment"), (iii) da realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, (iv) das provisões técnicas e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. (PORTO SEGURO, 2013)

Em se tratando da divulgação dos valores resultantes de contratos de seguro, todas as demonstrações financeiras pesquisadas cumpriram com o que é determinado pelo CPC 11. A demonstração de 2013 da Sul América, por exemplo, apresenta as despesas administrativas do referido ano em comparação com o anterior, como pode ser verificado no quadro abaixo:

Quadro 5 – Despesas administrativas 2013 da Sul América

25.6. Despesas administrativas

Descrição	2013	2012
Pessoal próprio (a)	(469.705)	(400.338)
Remuneração baseada em ação	(5.655)	(8.871)
Serviço de terceiros	(276.714)	(235.715)
Localização e funcionamento	(214.872)	(194.000)
Participações no resultado	(40.291)	(47.388)
Outras despesas administrativas	(77.864)	(56.254)
Total	(1.085.101)	(942.566)

(a) Os benefícios aos funcionários, incluídos nessa rubrica, estão representados principalmente por:

Descrição	2013	2012
Remunerações	(264.871)	(215.594)
Encargos sociais	(91.347)	(87.384)
Indenizações e rescisões	(8.722)	(11.482)
Vale alimentação, refeição e transporte	114	402
Seguro de vida, saúde e odontológico	(884)	(711)
Previdência privada	(21.689)	(19.842)
Outros benefícios	(57.026)	(45.740)
Total	(444.425)	(380.351)

Fonte: Sul América (2013)

No que diz respeito à informação do processo empregado na determinação das premissas de maior efeito na mensuração de valores reconhecidos, as duas seguradoras seguiram o que é estabelecido pelo CPC11. As demonstrações financeiras de 2012 da Porto Seguro, por exemplo, mostram os números das citadas premissas:

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas em 31 de dezembro de 2012 foram as seguintes:

Taxa de desconto da obrigações (ao ano)	8,70%
Aumentos salariais futuros (ao ano)	7,64%
Aumento dos custos médicos (ao ano)	8,68%
Taxa real de crescimento dos custos médios por idade	2,00%
Taxa de inflação de longo prazo	4,50%
Taxa de variação anual da TR	4,55%
Capital segurado de vida	R\$ 29,0

Fonte: Porto Seguro (2012)

Com relação ao efeito de mudanças nas premissas utilizadas na mensuração de ativos e de passivos, nenhuma das demonstrações da Sul América e da Porto Seguro atenderam ao exigido pelo CPC 11. Elas apenas indicam as premissas que tomam como base, mas não avaliam as consequências das mudanças das mesmas nas mensurações.

No que se refere à conciliação de mudanças em passivos de contratos de seguro e em ativos de contratos de resseguro e de despesas de comercialização diferidas relacionadas quando existirem, apenas as demonstrações de 2012 e 2013 da Porto seguro cumpriram com tudo o que determina o CPC11 nesse sentido. As demonstrações da Sul América de 2012 e 2013 só efetuaram a conciliação de mudança de passivos por contrato de seguro e de ativos por contrato de resseguro, como pode ser verificado no quadro abaixo:

Quadro 6 – Conciliações de passivos e de ativos da Sul América (2012)

	2012		
	Publicado	Ajustes	Reclassificado
Ativo			
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	8.640.082	-	8.640.082
Créditos das operações com seguros, resseguros e previdência	921.570	-	921.570
Outros créditos operacionais	262.696	-	262.696
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas (a)	310.129	(3.355)	306.774
Títulos e créditos a receber (b) (c)	2.997.719	(45.132)	2.952.587
Custos de aquisição diferidos	573.441	-	573.441
Imobilizado e intangível e outros	256.445	-	256.445
Total do ativo	13.962.082	(48.487)	13.913.595
	2012		
	Publicado	Ajustes	Reclassificado
Passivo			
Contas a pagar e outros (b) (c) (d)	2.423.350	(29.133)	2.394.217
Débitos de operações com seguros, resseguros e previdência e depósitos de terceiros	392.494	-	392.494
Provisões técnicas de seguros e previdência (a)	7.718.382	(22.910)	7.695.472
Patrimônio líquido (e)	3.427.856	3.556	3.431.412
Total do passivo	13.962.082	(48.487)	13.913.595
	2012		
	Publicado	Ajustes	Reclassificado
Demonstração de resultado			
Prêmios ganhos (f)	10.656.799	(2.701)	10.654.098
Sinistros ocorridos	(7.777.293)	-	(7.777.293)
Custos de aquisição (f)	(1.248.214)	-	(1.248.214)
Resultado com operações de resseguro (f)	(187.567)	(245)	(187.812)
Outros	(879.729)	1.135	(878.594)
Total do resultado	563.996	(1.811)	562.185

Fonte: Sul América (2012)

Com relação ao segundo eixo (divulgação de riscos provenientes de contratos de seguro), foi constatado que as demonstrações financeiras de 2012 e 2013 da Sul América e da Porto Seguro apresentam as seguintes características de acordo com o CPC11:

Tabela 3 – Divulgação: riscos provenientes de contratos de seguro

Informação		SA12	SA13	PS12	PS13
Gestão de risco	Objetivos	1	1	1	1
	Políticas	1	1	1	1
	Processos de gestão	1	1	1	1
	Métodos de gerenciamento	1	1	1	1
	Critérios de gerenciamento	1	1	1	1
Informação sobre os riscos de seguro	Sensibilidade ao risco de seguro	1	1	1	1
	Concentração de riscos de seguro	1	1	1	1
	Comparação de sinistros ocorridos com estimativas prévias	1	1	1	1
Outros riscos	Risco de crédito	1	1	1	1
	Risco de liquidez	1	1	1	1
	Risco de mercado	1	1	1	1
Derivativos	Risco do mercado de derivativos embutidos	1	1	1	1
Nível de Aderência		100%	100%	100%	100%

Fonte: Do autor.

No que se refere à gestão de risco, as demonstrações financeiras de 2012 e 2013 da Sul América e da Porto Seguro cumprem com o que é exigido pelo CPC 11. O que chamou atenção foi que a Porto Seguro, na demonstração de 2012, elaborou um relatório específico sobre a gestão de riscos:

O relatório completo descrevendo a estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no “site” da Porto Seguro (www.portoseguro.com.br/solucoes-financeiras/investimentos), em “Relatório de Gerenciamento de Risco”. (PORTO SEGURO, 2012)

Com relação à informação sobre os riscos de seguro, os demonstrativos contábeis de 2012 e 2013 da Sul América e da Porto Seguro atendem à normatização do CPC 11. Os demonstrativos de 2012 da Sul América, por exemplo, afirmam o seguinte sobre a sensibilidade ao risco de seguro:

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos foram elaboradas considerando cenários classificados como “Provável”, “Possível” e “Remoto”. Foi considerado como “provável”, o cenário atual que serviu de base para a determinação do valor justo das operações e os cenários “possível” e “remoto” foram estabelecidos aplicando-se variações adversas de 25% e 50%, respectivamente, sobre as posições atuais, considerados os riscos envolvidos em cada tipo de operação. As variações de 25% e 50% correspondem às variações mínimas estabelecidas nos normativos da CVM. (SUL AMÉRICA, 2012)

Em se tratando de outros riscos provenientes de contratos de seguro, as demonstrações contábeis de 2012 e 2013 da Sul América e da Porto Seguro os apresentam, como exigidos pelo CPC 11. As demonstrações contábeis da Porto Seguro do ano de 2013, por exemplo, evidenciam os riscos de crédito a que esteve exposta no ano em questão:

Quadro 7 – Exposição ao risco de crédito da Porto Seguro (2012)

	Tesouro nacional brasileiro	AA	Outros "rating"	Total + circulante	Total + não circulante
Total de caixa e equivalentes de caixa	672.728	*	40.419	713.147	*
Total de aplicações financeiras (i)	3.906.075	600.833	14.687	3.986.224	535.371
- Empréstimos e recebíveis					
Prêmios a receber de segurados (ii)	*	*	1.625.604	1.624.967	637
Recebíveis de resseguro (iii)	*	*	8.090	8.090	*
Exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2013	4.578.803	600.833	1.688.800	6.332.428	536.008
Exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2012	4.811.722	530.050	1.454.252	6.785.845	10.179
Exposição máxima ao risco de crédito em 1º janeiro de 2012	4.259.337	401.513	1.314.590	5.965.697	9.743

Fonte: Porto Seguro (2012)

No que se refere aos derivativos, as demonstrações contábeis de 2012 e 2013 da Sul América e da Porto Seguro realizaram o que determina a normatização sobre a matéria. As demonstrações financeiras de 2013 da Sul

América, por exemplo, evidenciaram os riscos do mercado de derivativos embutidos:

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos foram elaboradas considerando cenários classificados como “provável”, “possível” e “remoto”. Foi considerado como “provável”, o cenário atual que serviu de base para a determinação do valor justo das operações e os cenários “possível” e “remoto” foram estabelecidos aplicando-se variações adversas de 25% e 50%, respectivamente, sobre as posições atuais, considerando os riscos envolvidos em cada tipo de operação. As variações de 25% e 50% correspondem às variações mínimas estabelecidas nos normativos da CVM. (SUL AMÉRICA, 2013)

Desse modo, a partir dos resultados das tabelas, pode-se verificar geralmente a adesão das seguradoras pesquisadas à normatização do CPC 11 conforme a tabela abaixo:

Tabela 4 – Nível geral de aderência das seguradoras

	SA12	SA13	PS12	PS13
Reconhecimento e mensuração	100%	100%	100%	100%
Divulgação de valores	77,8%	77,8%	83,3%	83,3%
Divulgação de riscos	100%	100%	100%	100%
Geral	92,60%	92,6%	94,43%	94,43%

Fonte: Do autor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados, percebeu-se que as seguradoras Sul América e Porto Seguro não cumpriram com todas as determinações do CPC 11 nas demonstrações financeiras dos anos de 2012 e 2013, pois não prestaram todas as informações exigidas pela normatização.

O nível de aderência das duas seguradoras nos dois anos investigados, ao serem comparados, foi diferente: a quantidade de informações da Porto Seguro foi maior do que a da Sul América somente com relação à divulgação de valores resultantes de contratos de seguro, pois a primeira atingiu 94,43% do exigido, ao passo que a segunda alcançou 92,60%.

Desse modo, as demonstrações da Porto Seguro e da Sul América de 2012 e 2013 sobre “reconhecimento e mensuração” podem ser classificadas como “ótimas”, sobre “divulgação de valores resultantes de contratos de seguro” podem ser classificadas como “boas” e sobre a “divulgação de riscos provenientes de contratos de seguro” podem ser classificadas como “ótimas”. No geral, então, as demonstrações pesquisadas podem ser classificadas como de nível bom.

Diante disso, fica evidente que as seguradoras devem melhorar a divulgação de valores resultantes de contratos de seguro, sobretudo no que diz respeito aos efeitos da mudança nas premissas de mensuração com relação à mensuração de ativos e passivos, separando tais efeitos das alterações. Tais informações não foram dadas por nenhuma das seguradoras pesquisadas, o que pode dificultar a compreensão dos valores por parte dos usuários. Essas informações são tão importantes quanto as outras, não podendo serem negadas aos usuários, até porque são normatizações que devem ser cumpridas pelas seguradoras. O não-cumprimento delas pode gerar danos aos usuários e penalizações, dependendo do caso.

O que chamou atenção nas demonstrações é o modo como as seguradoras apresentam os relatórios. Alguns relatórios variam muito de seguradora para seguradora ou até mesmo de ano para ano em uma mesma seguradora. Há relatórios que apresentam sumário, resumo, introdução, páginas numeradas etc., enquanto outros não. Embora pareçam irrelevantes,

essas características na verdade facilitam ainda mais a leitura, sobretudo para usuários mais leigos no assunto.

Seria mais adequado, então, que os relatórios também fossem padronizados, com uma estrutura determinada pela própria SUSEP. A entidade poderia sugerir uma forma específica de elaboração de relatórios, tornando ainda mais fácil o cruzamento de informações. Com isso, a leitura e interpretação das informações por parte dos usuários ficaria mais fácil.

REFERÊNCIAS

AVELINO, Bruna Camargos et al. Análise do perfil dos estudantes em Ciências Contábeis e sua relação com o processo de convergência das normas contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 182, p. 63-77, março/abril 2010.

BOVESPA. **Empresas listadas**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?segmento=Seguradoras&idioma=pt-br>>. Acesso em: 12 maio 2014a.

_____. **História da BM&BOVESPA**. Disponível em: <<http://www.acervobmfbovespa.com.br/History>>. Acesso em: 29 maio 2014b.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Conheça o CPC**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/oque.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2014a.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 11: contratos de seguro**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=25>>. Acesso em: 24 jan. 2014b.

_____. **Sumário do Pronunciamento Técnico CPC 11: contratos de seguro**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/infos/Sum%C3%A1rio%2011.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2014c.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO – CRC-SP. **Contabilidade em segmentos específicos**. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS FILHO, José Maria. A linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. **Cadernos de Estudos**, São Paulo, n. 24, p. 38-49, 2000.

ELI, Lara. **Como lidar com os números do seguro**. 2010. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=39515>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

FÉLIX, Clodomir. Um setor que avança com o novo Brasil. In: _____ (Dir.). **A indústria de seguros no Brasil: transformação e crescimento em um país de oportunidades**. [S.l.]: Deloitte, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LE COCQ D'OLIVEIRA, Nelson Victor. **Mercados de seguros: solvência, riscos e eficácia regulatória**. 2005. 237 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Economia, Rio de Janeiro, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ORO, Ieda Margarete et al. Evidenciação contábil de empresas catarinenses. **Unoesc & Ciência – ACSA**, Joaçaba, v. 1. n. 1, p. 39-52, jan./jun. 2010.

PLÖGER, Alfried. **Palavra do CPC**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/palavra.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

PORTO SEGURO. **Demonstrações financeiras consolidadas (2012)**. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/setores-susep/cgsoa/coaso/arquivos-demonstracoesconsolidadas/2012/Porto%20Seguro%20Cia%20de%20Seguros%20Gerais%20SA%20%200588%206%20%20Demonstracoes%20Contabeis%20Dez%202012%20-%20CONSOLIDADO.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. **Demonstrações financeiras consolidadas (2013)**. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/setores-susep/cgsoa/coaso/arquivos-demonstracoes-consolidadas/201312/Porto%20Seguro%20Cia%20de%20Seguros%20Gerais%20-%20Consolidado.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

SANTOS, José Luiz dos et al. Estudo comparativo do tratamento contábil dos prejuízos não realizados intercompanhias na consolidação nas normas brasileiras, internacionais e nos US-GAAP. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 183, p. 95-109, maio/junho 2010.

SOARES, Leandro Vieira. A contribuição da evidenciação de informações nas demonstrações contábeis, no âmbito do mercado de ações da BM&FBOVESPA. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 7., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: AEDB, 2010. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos10/491_ArtigoSegetLean_b12010.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014.

SUL AMÉRICA. **Demonstrações financeiras consolidadas (2012)**. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/setoressusep/cgsoa/coaso/arquivosdemonstracoesconsolidadas/2012/Porto%20Seguro%20Cia%20de%20Seguros%20Gerais%20SA%20%200588%206%20%20Demonstracoes%20Contabeis%20Dez%202012%20-%20CONSOLIDADO.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. **Demonstrações financeiras consolidadas (2013)**. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/setores-susep/cgsoa/coaso/arquivos-demonstracoes-consolidadas/201312/Porto%20Seguro%20Cia%20de%20Seguros%20Gerais%20-%20Consolidado.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

SUSEP. **1º Relatório de análise e acompanhamento dos mercados supervisionados**. 2013. Disponível em: <

file:///C:/Users/Geylson/Downloads/Relatorio_Mercados_Supervisionados_SUS EP.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2014.

_____. **História do seguro.** Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/historia-do-seguro>>. Acesso em 14 mar. 2014.

TUDO SOBRE SEGURO. **Mercado de seguros regulados pela SUSEP:** desempenho em jan./nov. de 2013. Disponível em: <<http://www.tudosobreseguros.org.br/sws/portal/pagina.php?l=575>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. **Informação contábil:** estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais. São Paulo: Atlas, 2006.